



## **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL**

<http://www.ccsa.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

**ISSN 2176-9036**

Artigo recebido em: 29.05.2012. Revisado por pares em: 15.07.2012. Reformulado em: 15.08.2012. Avaliado pelo sistema double blind review.

### **MUDANÇAS NO ATIVO IMOBILIZADO DECORRENTES DA CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE - IFRS: O CASO DA ALFA FUNDIÇÃO E TECNOLOGIA**

### **CHANGES IN FIXED ASSETS ARISING FROM THE CONVERGENCE TO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS: THE CASE OF COMPANY ALFA**

#### **Alex Eckert**

Mestre. Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul – RS.  
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95.070-560 – Caxias do Sul – RS  
E-mail: alex.eckert@bol.com.br

#### **Marlei Salete Mecca**

Doutora. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul – RS.  
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95.070-560 – Caxias do Sul – RS  
E-mail: msmecca@gmail.com

#### **Roberto Biásio**

Doutor. Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul – RS.  
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95.070-560 – Caxias do Sul – RS  
E-mail: rbiasio@commcenter-rs.com.br

#### **Patrícia de Lima de Oliveira**

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Caxias do Sul – RS  
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95.070-560 – Caxias do Sul – RS  
E-mail: patricia\_2oliveira@hotmail.com

## RESUMO

No Balanço Patrimonial das empresas, o Ativo Imobilizado é formado pelos bens destinados à manutenção das atividades da empresa. Já a Depreciação corresponde à diminuição dos valores destes bens, resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência normal. A entrada em vigor da Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76, e a conseqüente necessidade de adoção por parte das empresas das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) trouxe algumas mudanças nos critérios de avaliação dos bens registrados no Ativo Imobilizado, principalmente na maneira de se calcular a depreciação. Antes da referida lei, ela era calculada obedecendo às taxas estabelecidas pelo fisco, e agora, pelas novas regras, as taxas de depreciação utilizadas poderão ser elaboradas de acordo com a vida útil, conforme critérios estabelecidos pela própria empresa, desde que devidamente fundamentadas. Diante disso, foi realizado este estudo de caso com o objetivo de demonstrar as mudanças e impactos trazidos pela Lei 11.638/07 no Ativo Imobilizado da empresa Alfa Fundação e Tecnologia, além de demonstrar os procedimentos adotados pela empresa para adequar-se a nova legislação. Ao final deste estudo foi possível visualizar que as adequações realizadas trouxeram maior credibilidade aos resultados da empresa, aproximando-os mais da realidade.

**Palavras-chave:** Ativo Imobilizado. Normas Internacionais de Contabilidade. IFRS. Depreciação. Vida Útil.

## ABSTRACT

In the Balance Sheet of companies, fixed assets are considered the goods destined to the operations of the company. In this context, depreciation corresponds to a decrease of property value resulting from the usage of the goods, the action of the nature or obsolescence. The adoption by companies of International Financial Reporting Standards (IFRS), together with the Brazilian Law 11.638/07, has brought some changes in the criteria of goods registred as fixed assets, mainly in the way of calculating depreciation. Before this law, it was calculated obeying rates established by the tax authorities, but now, under the new rules, the depreciation rates used may be elaborated according to the use, regarding to the criteria established by the company itself, only if properly justified. Therefore, the aim of this study is to demonstrate the changes and impacts brought by Law 11.638/07 on company Alfa's fixed assets. By the end of this study, it was possible to identify the adjustments made to bring more credibility to the company's results, making it closer to the reality.

**Keywords:** Fixed Assets. International Accounting Standards. IFRS. Depreciation. Useful Life.

## 1. INTRODUÇÃO

A introdução das IFRS (International Financial Reporting Standards), ou Normas Internacionais de Contabilidade, é uma das mais significativas mudanças regulatórias na

história da contabilidade. Nos últimos anos, mais de uma centena de países decidiram exigir o uso desse padrão quando se trata de normatização contábil (DASKE ET AL, 2008).

No Brasil, a entrada em vigor da Lei 11.638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2007, inseriu novos dispositivos contábeis, trazendo ajustes que vêm promovendo a harmonização do padrão contábil brasileiro para o internacional. É neste contexto de mudanças que o IFRS está sendo introduzido no Brasil, movimentando a comunidade contábil, trazendo mudanças e impactos nas empresas. Essas normas internacionais trazem princípios contábeis considerados como de alta qualidade em termos de transparência nas empresas, objetividade na forma de apresentação das transações e comparabilidade entre as empresas de qualquer lugar do mundo.

A lei está ajustando determinadas disposições que impediam a adoção dessas normas (referindo-se as normas internacionais de contabilidade), introduzindo algumas disposições novas já alinhadas com as regras internacionais, e determinando que, daqui para frente, todas as novas normas contábeis que forem emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sejam convergentes a tais normas internacionais (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2009).

Localmente, as normas do IFRS estão sendo emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), que elaborou pronunciamentos conceituais básicos para apresentação das Demonstrações Contábeis baseado em um documento editado na Europa pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esses pronunciamentos modificam ou substituem as atuais normas contábeis e outras diretrizes emitidas por órgãos reguladores em cada país. Uma das mudanças trazidas pela introdução das IFRS afeta o critério de avaliação dos bens registrados no Ativo Imobilizado das empresas, principalmente na maneira de se calcular a depreciação. Diante do exposto, o objetivo do estudo é evidenciar e analisar as mudanças e os impactos, com a adoção do IFRS, no Ativo Imobilizado da empresa Gaúcha Alfa Fundição e Tecnologia.

Para atingir o objetivo proposto, este estudo parte de uma pesquisa bibliográfica, que é o levantamento de bibliografias já publicadas, tanto de livros, leis e outras publicações. Fachin (2003) observa que a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras, disponibilizando informações já coletadas, para um melhor desempenho da pesquisa. Após, foi realizado um estudo de caso, que visa demonstrar os impactos das novas normas de contabilidade no ativo imobilizado da empresa Alfa Fundição. De acordo com Gil (1999), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo trabalhoso e detalhado de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu amplo conhecimento. A pesquisa enquadra-se como sendo descritiva e documental a partir da coleta e análise dos documentos da empresa em estudo e sua interface com o referencial teórico proposto. Diante das colocações dos autores, entende-se que as metodologias escolhidas são as mais adequadas para o tipo de estudo proposto. Dessa forma o artigo apresenta na sequência uma revisão da literatura e em seguida um estudo de caso com a análise dos dados e a conclusão.

## **2. PADRÕES CONTÁBEIS INTERNACIONAIS**

Embora muitos países, principalmente europeus, tenham iniciado o processo de convergência ao IFRS ainda na década de 90, no Brasil este movimento inicial de convergência ficou limitado apenas às discussões acadêmicas e seminários apresentados por empresas de auditoria e pelo Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON). Foi apenas no ano de 2005, com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que o processo de convergência do padrão brasileiro de contabilidade ao IFRS iniciou sua evolução ( IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2009; RIEDL,2004).

No entanto, de acordo com Coelho e Lins (2010), foi apenas no ano 2007, após sete anos de tramitação no Congresso, que foi aprovada a Lei 11.638/07, alterando a legislação societária no Brasil e trazendo com ela certamente uma das principais mudanças na contabilidade brasileira. Palácios (2010), por sua vez, afirma que as alterações precedidas pela Lei 11.638/07, acarretaram “turbulências” para contabilidade brasileira, porém a mesma não deve ser considerada culpada por esse quadro, pois ela apenas apresenta a base legal para que as modificações que o processo de convergência com as normas internacionais pudessem ser aplicadas. Com a edição da Lei nº 11.638/07 o processo de emissão de pronunciamentos por parte do CPC foi acelerado, visto que agora se tinha suporte legal para a adoção das normas internacionais.

Na tentativa de explicar o motivo dessas alterações, o CPC (2009) apresenta que a abertura da economia brasileira para o exterior colocou as empresas em contato direto com as economias mais avançadas pelo mundo, inclusive com títulos negociados nas bolsas de maior movimento, e ao alcance dos investidores sediados em outros países. Segundo a mesma fonte, esse avanço das empresas brasileiras abriu caminho para a atualização e a modernização de normas e preceitos contábeis, uma vez que a variedade de práticas contábeis entre as diversas economias representava um significativo custo extra, além de uma dificuldade a mais para a troca de informações.

Conforme Iudícibus *et al.* (2010), um dos principais motivos para o Brasil adotar as normas internacionais de contabilidade é a crescente globalização, que faz com que os países interajam economicamente, criando a necessidade de demonstrações contábeis que possam ser entendidas mundialmente e analisadas por interessados no exterior. Coelho e Lins (2010), por sua vez, sustentam que a reformulação da legislação societária no Brasil foi proposta com o objetivo de adaptar a lei às mudanças sociais e econômicas decorrentes da evolução do mercado, além de fortalecer o mercado de capitais mediante implementação de normas contábeis e de auditoria internacionalmente aceitas.

De acordo com Iudícibus *et al.* (2010, p. 729), o processo de adoção inicial das normas internacionais, admitindo o ano de 2010 como sendo o ano da adoção pela primeira vez das IFRS, pode ser simplificado na Figura 1.

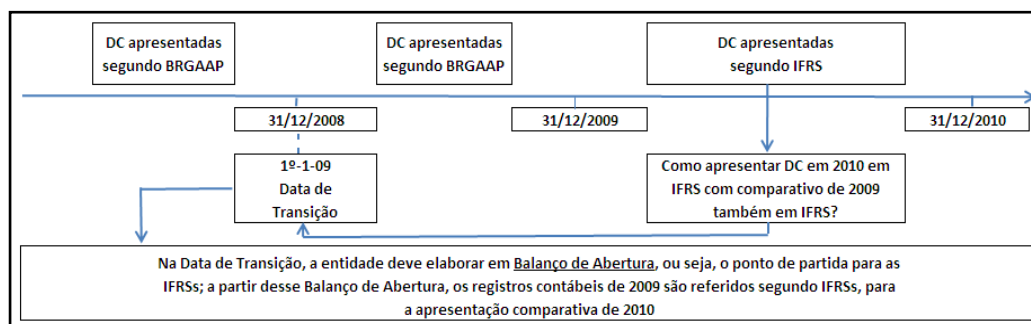


Figura 1- Processo de adoção inicial das IFRS.

Fonte: Iudícibus *et al.*(2010, p.729)

Os mesmos autores explicam que este cronograma resume o processo de adoção inicial das normas internacionais segundo o IFRS no Brasil. As demonstrações contábeis consolidadas de 2008 e 2009 ainda podem ser apresentadas pelo antigo método. No entanto, a partir de 2010 já é exigido das empresas a elaboração de um Balanço de Abertura na data da transição, e será necessário refazer as demonstrações contábeis do ano de 2009 no modelo exigido pelo IFRS para apresentá-las de forma comparativa com as demonstrações contábeis de 2010.

Em suma, as mudanças da Lei 11.638/07 tiveram como fim primordial a transparência e efetiva publicidade das demonstrações contábeis das sociedades (CARVALHOSA, 2009)

### 3. ATIVO IMOBILIZADO E DEPRECIÇÃO

O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da empresa (Lei 6.404/76). Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007) sustentam que neste grupo de contas do Balanço Patrimonial são incluídos todos os bens de natureza duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade. Como exemplos de componentes desse grupo de contas podem ser citadas as máquinas, os equipamentos, os computadores, as marcas e patentes, dentre outros.

No momento da compra e registro do bem no Ativo Imobilizado, além do custo do bem principal, também devem ser agregados outros valores ao custo de aquisição, tais como os de desembaraço alfandegário e impostos não restituíveis sobre a compra, bem como quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições operacionais para o uso pretendido. (Pronunciamento Ibracon Nº 07/2001).

Sobre os bens do Ativo Imobilizado incide a depreciação. Conforme Marion (2008), ela pode ser conceituada como sendo a diminuição dos bens imobilizados, que ocorrem devido ao desgaste pelo uso e consumo, pela ação da natureza, obsolescência normal ou perecimento. De acordo com Sá e Sá (1995), depreciação é o fenômeno contábil que expressa a perda do valor que os valores imobilizados sofrem no tempo, por força de seu emprego na gestão e/ou perda de valor pelo uso.

Até a entrada em vigor da Lei 11638/07, os percentuais de depreciação utilizados baseavam-se no Regulamento do Imposto de Renda, em seus Artigos 305 a 323, com a possibilidade de algumas excessões. Estes percentuais variavam de acordo com o prazo durante o qual se esperava a utilização econômica do bem pela empresa na produção de seus rendimentos. Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), a entrada em vigor da Lei 11.638/07 e adoção do IFRS estabeleceu um novo tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. A referida legislação trouxe importantes mudanças relacionadas ao Ativo Imobilizado, como por exemplo, passou a excluir os bens intangíveis (marcas, patentes, ...), que passaram a compor um grupo em separado, e incluir bens que não sejam da propriedade da empresa, desde que estes transfiram à entidade benefícios, riscos e o controle desses bens.

Segundo Marion (2008), os bens intangíveis são os ativos que não têm substância física e que, por serem abstratos, não podem ser tocados, palpados, mas podem ser comprovados. São exemplos de Intangíveis: Fundo de Comércio (Goodwill), Ponto Comercial, Direitos Autorais, Isenções ou Licenças de Exploração, Marcas e Patentes.

Sobre a inclusão no Ativo Imobilizado de bens que não sejam da propriedade da empresa, a nova lei (11638/07) segue rigorosamente as normas internacionais, fazendo com que sejam incluídos no Imobilizado todos os bens que sejam controlados e cujos os riscos e benefícios passem a ser da entidade, mesmo que judicialmente não pertençam a ela. Um exemplo dessa situação é o que ocorre com as operações de arrendamento mercantil (leasing).

O artigo 183 da Lei 11.638/07 determina que periodicamente sejam revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo de depreciação. Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009, p.18), a prática brasileira anterior era a de utilizar os prazos de vida útil admitidos para fins tributários,

quando o ideal já seria utilizar os prazos de vida útil econômica e o valor residual esperado ao fim dessa vida. Com a vinda do IFRS, a expressão vida útil econômica aparece de forma literal no artigo 183, § 3º, item II, não podendo mais ser ignorada.

O Pronunciamento CPC 01 menciona que a aplicação do teste de recuperabilidade (*impairment*) deve ser obrigatória a todos os ativos, visto que antes este procedimento era aplicado apenas aos ativos não permanentes. De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), o que importa é que agora a aplicação do fundamento econômico: nenhum ativo pode existir por valor que não seja recuperável mediante venda ou utilização por parte da empresa.

O pronunciamento CPC nº 27, de 2009, estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos. (PRONUNCIAMENTO CPC Nº 27, 2009, 01). Segundo o mesmo pronunciamento, o ativo deverá ser reconhecido como imobilizado apenas se for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade e se o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

O CPC nº 27 também reconhece no ativo imobilizado os sobressalentes, as peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno quando a entidade espera usá-lo por mais de um período e da mesma forma. Se puderem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado também deverão ser contabilizados dessa forma. Esse pronunciamento não prescreve unidade de medida para reconhecimento, do que constitui um item do imobilizado, por isso a entidade deverá julgar ao aplicar critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas de cada empresa. Além disso, a entidade avalia o reconhecimento de todos os custos de ativo imobilizado no momento em que eles são incorridos que podem ser os custos iniciais da aquisição ou construção de um item imobilizado, ou também os custos incorridos posteriormente para renová-lo, substituir partes ou a manutenção do mesmo.

#### **4. AS MUDANÇAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA ALFA**

A empresa Alfa foi constituída através de um projeto iniciado no ano de 2006, e está situada em uma cidade considerada como pólo metal-mecânico no sul do Brasil. O projeto Alfa tem como base estratégica o seguinte tripé: domínio de tecnologia de fundição, redução de custos e incremento de qualidade.

A empresa tem foco em peças de ferro fundido destinadas à área automotiva interagindo diretamente com os produtos fabricados pelas demais Empresas Gama (controladora da Alfa). Esta dinâmica permite que o desempenho da empresa não seja afetado substancialmente em épocas de crise, pois acompanha os setores produtivos coordenadamente.

##### **4.1 DEPRECIAÇÃO**

Para iniciar o estudo de caso será tratado inicialmente as mudanças ocorridas na depreciação, conforme Laudo Técnico emitido por empresa especializada em avaliações patrimoniais. Logo em seguida, será apresentado o Laudo de Avaliação da determinação do valor atual de mercado e também o de Apuração do Ajuste de Avaliação Patrimonial, que estabeleceu o Valor Justo encontrado após criteriosa avaliação técnica. Com isso, esse trabalho visa apresentar o resultado obtido com a adequação do Ativo Imobilizado da empresa com as novas normas estabelecidas pela Legislação Societária.

O critério de depreciação adotado pela empresa Alfa até o ano de 2008 era de acordo com o prazo estabelecido pela Legislação Fiscal. Esse critério de depreciação adotado até então pela empresa, está consolidado no Regulamento do Imposto de Renda por meio dos artigos 305 a 323 que estabeleciam que as empresas depreciassem seus bens pelo prazo em função do qual podia-se esperar a utilização econômica dos bens pela empresa na produção de seus rendimentos.

A partir de Janeiro de 2009, a empresa passou a adotar o novo padrão estabelecido pela Legislação Societária, que determinou que a depreciação fosse elaborada considerando a vida útil dos bens imobilizados, ou seja, o tempo que a empresa espera utilizar cada bem. Para a determinação dessa vida útil, a empresa contou com o apoio de uma empresa especializada em avaliação patrimonial, que realizou um estudo e elaborou um Laudo Técnico que estabeleceu os novos prazos de vida útil de cada bem imobilizado da empresa.

Ao elaborar o Laudo, a empresa especializada em avaliações patrimoniais contratada pela Alfa, utilizou o arquivo de cadastro patrimonial gerado na data base de 18/05/2010, que foi entregue para avaliação com os seguintes valores, como mostra o Quadro 1:

<b>Conta</b>	<b>Soma do Residual</b>
Prédios	R\$ 25.670.402,28
Benfeitorias	R\$ 3.870.743,53
Instalações	R\$ 12.801.367,32
Instrumentos de Medição	R\$ 933.389,42
Máquinas	R\$ 44.153.037,97
Modelos e Gabaritos	R\$ 39.928,22
Ferramentas e Acessórios	R\$ 609.181,30
Computadores e Periféricos	R\$ 384.480,36
Móveis e Utensílios	R\$ 405.380,16
Veículos	R\$ 25.249,06
Veículos de Transporte Interno	R\$ 189.419,25
<b>Total</b>	<b>R\$ 89.082.578,87</b>

Quadro 1- Base do ativo imobilizado em 30/04/2010, gerado em 18/05/2010  
Fonte: Laudo de determinação da vida útil

A partir desse ponto, os Ativos foram divididos em dois grupos para caracterização e avaliação. Os Prédios e Benfeitorias foram avaliados através do levantamento físico efetuado no local, com base na planta de situação e localização e também com a vistoria realizada no local. Já para as Máquinas, Equipamentos e outros Bens Móveis foram adotados o critério de determinar a vida útil dos bens contidos na base patrimonial da empresa, considerado o equipamento completo com acessórios necessários para seu perfeito funcionamento.

Também foi levado em consideração o tipo de manutenção realizada pela Alfa (Corretiva, Preventiva, Preditiva), o tipo de trabalho realizado pelos bens (Nulo, Leve, Normal, Pesado, Extremo), a política de substituição dos bens, a instalação e o obsolescência. O

Laudo Técnico para determinação da vida útil dos bens da Alfa, foi preparado com base na classificação dos itens do ativo imobilizado separado por espécie.

A metodologia que a empresa avaliadora adotou para realização do trabalho foi baseado nos princípios aprovados pela Deliberação CVM 527 de 01.01.2007, retificada conforme publicação de 09.12.2007, que aprovou as determinações e procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis através do CPC 27 que trata o Ativo Imobilizado. Como conclusão, a empresa avaliadora após subdividir por contas contábeis e espécies os bens existentes no Ativo Imobilizado, entendeu que os bens encontravam-se em condições normais de uso e conservação e seus valores de depreciação podem ser visualizados no Quadro 2:

Conta	Qtde de Itens	Residual Total	Deprec. Anual (Residual)	Deprec. Mensal (Residual)	Tx. Deprec. Anual (Resid)	Vida Reman. Média (anos)
Prédios	610	R\$ 25.670.402,28	R\$ 435.641,28	R\$ 36.303,44	1,70%	58,93
Benfeitorias	103	R\$ 3.870.743,53	R\$ 99.218,14	R\$ 8.268,18	2,56%	39,01
Instalações	879	R\$ 12.801.367,32	R\$ 544.476,28	R\$ 45.373,02	4,25%	23,51
Instrumentos de Medição	241	R\$ 933.389,42	R\$ 72.060,94	R\$ 6.005,08	7,72%	12,95
Máquinas	1.220	R\$ 44.153.037,97	R\$ 1.888.682,65	R\$ 157.390,22	4,28%	23,38
Modelos e Gabaritos	25	R\$ 39.928,22	R\$ 4.157,96	R\$ 346,50	10,41%	9,60
Ferramentas e Acessórios	561	R\$ 609.181,30	R\$ 71.648,29	R\$ 5.970,69	11,76%	8,50
Computadores e Periféricos	585	R\$ 384.480,36	R\$ 103.785,75	R\$ 8.648,81	26,99%	3,70
Móveis e Utensílios	1.074	R\$ 405.380,16	R\$ 38.893,42	R\$ 3.241,12	9,59%	10,42
Veículos	1	R\$ 25.249,06	R\$ 4.971,37	R\$ 414,28	19,69%	5,08
Veículos de Transporte Interno	13	R\$ 189.419,25	R\$ 26.950,60	R\$ 2.245,88	14,23%	7,03
<b>Total</b>	<b>5.312</b>	<b>R\$ 89.082.578,87</b>	<b>R\$ 3.290.486,68</b>	<b>R\$ 274.207,22</b>		

Quadro 2 - Ativos avaliados subdivididos por contas contábeis

Fonte: Laudo de determinação da vida útil

Para conclusão do Laudo, a empresa avaliadora ressalta que as vidas úteis foram estimadas considerando que os bens sejam voltados à continuidade operacional da empresa e sejam utilizados na geração de produtos ou serviços, dentro do objeto da empresa Alfa.

## 4.2 TESTE DE IMPAIRMENT

Entre o final do ano 2009 e o início de 2010, foi elaborado por empresa especializada em avaliações patrimoniais, um Laudo Técnico para avaliar a necessidade de reconhecimento de perdas por desvalorização dos ativos pertencentes à empresa Alfa. Para isso, a empresa avaliadora utilizou como indicador a análise das principais fontes externas e internas que pudessem interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais, previstas na Deliberação CVM nº 527 e Pronunciamento Técnico CPC 01- Redução ao Valor Recuperável dos Ativos desenvolvendo uma análise dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três exercícios sociais, mais os exercícios em curso e projeções futuras.



Na análise das fontes externas, após vistoria técnica nos ativos operacionais e consulta ao banco de dados, realizada pela empresa avaliadora, chegou-se a conclusão de não existir indicativos que no momento esteja acontecendo alguma obsolescência nos mesmos, já que os bens são novos e recém iniciaram o processo operacional. Já para as fontes internas, a empresa avaliadora buscou fontes dentro da Alfa para chegar à conclusão final do Laudo Técnico de Teste de Recuperabilidade. As principais variáveis que determinam a microestrutura dos ferros fundidos nodulares são: a taxa de resfriamento, a composição química e o processo de fabricação.

Por fim, considerando a análise apresentada baseada no Balanço Patrimonial, DRE e projeções futuras e que a empresa está em fase inicial de operação, bem como as perspectivas mercadológicas com as previsões futuras de excelentes resultados, a empresa avaliadora concluiu que não há necessidade de constituição de provisão de *impairment*.

#### 4.3 DETERMINAÇÃO DO VALOR ATUAL DE MERCADO E APURAÇÃO DO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (VALOR JUSTO)

O Laudo de Determinação do Valor Atual de Mercado e Apuração do Ajuste de Avaliação Patrimonial foi elaborado em 2010, utilizando com data base o ano de 2009. O objeto da avaliação do Laudo foi o Terreno da empresa Alfa. O levantamento foi efetuado levando-se em consideração qualquer separação ou determinação legal que determine a necessidade de uma avaliação em separado do terreno livre.

Para elaboração do Laudo de Valor Justo, a empresa avaliadora fez uma análise da caracterização física da Região, levando em consideração a economia, o histórico da cidade em que se localiza a empresa, os melhoramentos públicos existentes na cidade, bem como os serviços comunitários existentes e o potencial de utilização da região/cidade. Após a caracterização física da Região, foi realizada também a caracterização dos ativos a serem avaliados. Trata-se de um terreno urbano, plano com área de aproximadamente 7 hectares, sobre o qual a empresa avaliadora afirma tratar-se de um terreno industrial de médio porte, com acessos para as principais rodovias que cruzam a cidade e acesso rápido ao centro. É um ponto para indústrias, em região urbana de potencial industrial, comercial e residencial, com toda a infra-estrutura, rede de alta tensão, calçamento e telefonia.

Por ter estas características, os imóveis nesta região são muito procurados. Pelo fato do valor dos bens ser alto, foi considerado o imóvel com “liquidez normal a baixa”. De acordo com a localização e demais características de cada terreno, o valor foi determinado a partir de uma ampla pesquisa de valores negociados e ofertados nas imediações dos imóveis avaliados, além de consulta a pessoas idôneas, ligadas ao mercado imobiliário local, negócios e ofertas publicadas nos jornais locais. Como conclusão do trabalho de avaliação do Valor Justo do Terreno foram apurados os valores apresentados nos Quadros 3 e 4:

TOTAL GERAL DOS BENS AVALIADOS				
Item	Descrição	Valor Atual de Mercado (Valor Justo)	Residual Contábil	Ajuste de Avaliação Patrimonial
1	Terreno	8.367.331,42	6.601.731,80	1.765.599,62
<b>Total</b>		<b>8.367.331,42</b>	<b>6.601.731,80</b>	<b>1.765.599,62</b>

Quadro 3 - Total geral dos bens avaliados

Fonte: Laudo de determinação da existência de impairment

RACIONAMENTO EM LOTES									
TERRENO									
ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA TOTAL (m <sup>2</sup> )	DATA AQUISIÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA R\$/m <sup>2</sup>			VALOR ATUAL DE MERCADO (R\$)	RESIDUAL CONTÁBIL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL
				MÍN	MÉDIO	MÁX			
1	Terreno urbano	72.612,28	1/9/2006	111,35	115,23	119,39	8.367.331,42	6.601.731,80	1.765.599,62
<b>TOTAL DE TERRENOS</b>			<b>72.612,28</b>				<b>8.367.331,42</b>	<b>6.601.731,80</b>	<b>1.765.599,62</b>

Quadro 4 - Avaliação patrimonial

Fonte: Laudo de determinação da existência de impairment

Diante disto, a avaliação do Terreno do ativo imobilizado da empresa Alfa, objeto de avaliação do laudo, no mês de novembro de 2010, encontra-se em condições normais de uso e conservação.

Como preço justo para ajuste de avaliação patrimonial foram sugeridos os valores abaixo descritos:

- **valor de mercado do bem em reais: R\$ 8.367.331,42 (Oito milhões sessenta e sete mil trezentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos);**
- **valor residual contábil fornecido: R\$ 6.601.731,80 (Seis milhões e seiscentos e um mil e setecentos e trinta e um reais e oitenta centavos);**
- **valor ajuste de avaliação apurado: R\$ 1.765.599,62 (Um milhão setecentos e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos).**

#### 4.4 ATIVO INTANGÍVEL E ATIVO DIFERIDO

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens: software e licenças 5 anos, e o direito de uso de subestação de energia, 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a empresa Alfa não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente. Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenciamentos adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos e direitos de uso de subestação de energia, amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos.

O direito de uso de subestação de energia representa os gastos relativos à implantação de uma subestação de energia elétrica, visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das suas atividades industriais na captação de energia elétrica. O ativo está sendo amortizado pelo tempo de recuperabilidade do investimento estimado em 10 anos. Já o intangível em andamento refere-se à aquisição de licença de software, com previsão inicial de entrada em operação a partir de 2012.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

Em termos de Ativo Diferido, até 31 de dezembro de 2009, conforme o BRGAAP vigente na época, a Alfa capitalizava os gastos pré-operacionais como ativo diferido. Os gastos pré-operacionais que não puderam ser atribuídos ao custo de imobilizado ou a formação de ativos intangíveis foram lançados como despesa. Desta forma o saldo em 31 de dezembro de 2009, bem com a amortização reconhecidas no resultado de 2009, foram ajustadas para o resultado de 2010, na conta “Saldo Inicial Lei 11.638/07”.

## 5. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ALFA

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Alfa eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A empresa preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs e IFRS para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs e IFRS. Esta nota, explica os principais ajustes efetuados pela Alfa para rerepresentar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial anteriormente publicado, preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e foram apresentadas em conformidade com o CPC 37 e 43. As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas registradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

A Alfa aplicou o valor justo para determinar o novo valor do Terreno da empresa, na data de transição (1º de janeiro de 2009). O valor justo desse ativo do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. O laudo de avaliação dos bens foi realizado por Empresa especializada, que determinou o seu valor justo em R\$ 1.765.599,62, que foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados, poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a empresa optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade.

Quanto ao Imposto Diferido, este é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que

todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada e estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

O Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração das Empresas Gama periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado devido as incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registradas.

As Empresas Gama constituem provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Porém essas provisões não são aplicadas a empresa Alfa, tendo em vista que os impostos são diferidos, devido ao fato da empresa ainda não apresentar lucro.

Para melhor análise das informações descritas apresenta-se nos Quadros 5 e 6 a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e o Balanço Patrimonial (BP) dos anos de 2009 e 2010. Cabe salientar que o balanço oficial publicado pela empresa Alfa no consolidado das Empresas Gama é o demonstrativo Societário. As demonstrações elaboradas seguindo o modelo Fiscal foram elaboradas apenas para serem analisados nessa pesquisa, e as mudanças apresentadas levam em consideração apenas as contas do Ativo Imobilizado que tiveram impactos com a adoção do IFRS pela empresa, não sendo avaliadas as demais contas.

No DRE (Quadro 5), observa-se que a empresa apresenta a depreciação e amortização em dois pontos do demonstrativo devido à separação adotada pela empresa de bens dos centros de custo produtivos e administrativos. Em ambos os quadros (5 e 6) também foi apresentada a variação entre os relatórios societário e fiscal, demonstrando o percentual de variação entre um critério e outro.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2010			2009		
	SOCIETÁRIO	%	FISCAL	SOCIETÁRIO	%	FISCAL
RECEITA BRUTA	15.352.724,44	0,00%	15.352.724,44	35.808,19	0,00%	35.808,19
VENDAS E SERVIÇOS	15.352.724,44	0,00%	15.352.724,44	35.808,19	0,00%	35.808,19
DEDUCOES	-4.274.084,01	0,00%	-4.274.084,01	-10.657,18	0,00%	-10.657,18
RECEITA LIQUIDA	11.078.640,43	0,00%	11.078.640,43	25.151,01	0,00%	25.151,01
CUSTOS DAS VENDAS E	-27.530.108,23	13,46%	-	-12.756.595,09	3,26%	-
CUSTOS DOS PRODUTOS	-9.854.697,54	0,00%	-9.854.697,54	-13.896,43	0,00%	-13.896,43
CUSTOS OPERACIONAIS DE	-22.340.167,01	16,58%	-	-12.749.762,90	3,26%	-
CUSTOS DOS MATERIAIS	-2.656.460,88	0,00%	-2.656.460,88	-1.437.316,93	0,00%	-1.437.316,93
CUSTOS COM PESSOAL	-4.080.072,55	0,00%	-4.080.072,55	-2.011.231,76	0,00%	-2.011.231,76
DEPRECIACOES E	-5.479.403,38	67,60%	-9.183.621,67	-1.505.353,49	27,62%	-1.921.205,04
DEPREC DE PREDIOS	-463.812,23	137,25%	-1.100.411,55	-65.760,25	148,74%	-163.573,47
DEPREC DE INSTALACOES	-630.041,97	102,31%	-1.274.609,44	-119.043,38	49,68%	-178.187,98
DEPREC. DE COMPUT. E PER	-58.944,67	6,97%	-63.054,28	-40.676,14	3,70%	-42.181,77
DEPREC. DE MOVEIS E UTEN	-39.375,69	-12,35%	-34.511,35	-25.476,42	-19,33%	-20.552,82
DEPREC. DE VEICULOS	0	0,00%	0	-1.058,75	30,04%	-1.376,77
DEPREC. DE BENFEITORIAS	-70.137,27	30,02%	-91.189,35	-16.325,70	60,02%	-26.123,94
DEPREC. DE MAQUINAS	-2.325.222,62	98,47%	-4.614.803,44	-527.415,98	44,18%	-760.413,37
DEPREC. DE EQUIP. P/ENSA	-89.103,39	27,81%	-113.881,67	-44.807,53	22,34%	-54.816,87
DEPREC. DE MODELOS E	-52.951,35	158,03%	-136.632,54	-248.543,60	-51,56%	-120.405,21
DEPREC. DE VEICULOS TRAN	-31.340,89	64,31%	-51.496,25	-21.543,04	69,44%	-36.502,79
DEPREC. DE FERRAMENTAS	-81.721,94	-25,03%	-61.269,25	-6.632,17	-47,34%	-3.492,77
AMORTIZ. DE SOFTWARE	-406.323,10	1,23%	-411.334,29	-251.458,68	-4,37%	-240.481,64
AMORTIZ. GASTOS PRE	0	0,00%	0	-136.611,85	99,91%	-273.095,64
AMORTIZ. SUBESTAÇÃO	-1.230.428,26	0,00%	-1.230.428,26	0	0,00%	0
CUSTOS COM SERVICOS DE	-2.363.473,90	0,00%	-2.363.473,90	-1.387.904,61	0,00%	-1.387.904,61
CUSTOS OPERACIONAIS	-7.606.180,81	0,00%	-7.606.180,81	-6.163.750,38	0,00%	-6.163.750,38
CUSTOS COM TRIBUTOS	-154.575,49	0,00%	-154.575,49	-244.205,73	0,00%	-244.205,73
ABSORCAO DE CUSTOS DA	22.340.167,01	16,58%	26.044.385,30	7.064,24	0,00%	7.064,24
CUSTOS NÃO ABSORVIDOS	-17.675.410,69	20,96%	-	0	0,00%	0
LUCRO BRUTO	-16.451.467,80	22,52%	-	-12.731.444,08	3,27%	-
DESPESAS/RECEITAS	-10.716.358,93	0,07%	-	-3.680.571,91	-0,01%	-3.680.321,10
RECEITAS FINANCEIRAS	3.835.479,16	0,00%	3.835.479,16	4.201.213,21	0,00%	4.201.213,21
DESPESAS FINANCEIRAS	-11.704.998,44	0,00%	-	-5.815.642,29	0,00%	-5.815.642,29
DESPESA COM VENDAS	-293.689,66	0,00%	-293.689,66	-73,12	0,00%	-73,12
DESPESAS GERAIS	-2.040.774,80	0,35%	-2.047.988,05	-1.460.598,39	-0,02%	-1.460.347,58
CUSTOS COM PESSOAL	-982.769,69	0,00%	-982.769,69	-715.377,28	0,00%	-715.377,28
INSUMOS DE MATERIAIS	-21.893,49	0,00%	-21.893,49	-19.713,07	0,00%	-19.713,07
DEPRECIACOES E	-55.257,74	13,05%	-62.470,99	-32.966,76	-0,76%	-32.715,95
DEPREC. DE PREDIOS	-2.679,72	156,66%	-6.877,72	-434,13	148,74%	-1.079,86
DEPREC. DE INSTALACOES	-4.359,24	102,31%	-8.818,98	-1.441,99	49,68%	-2.158,42
DEPREC. DE COMPUT. E PER	-9.900,37	6,97%	-10.590,62	-9.165,62	3,70%	-9.504,89
DEPREC. DE MOVEIS E UTEN	-27.318,57	-12,35%	-23.943,72	-16.395,47	-19,33%	-13.226,86
DEPREC. DE VEICULOS	-4.942,28	28,53%	-6.352,44	-3.826,33	30,04%	-4.975,69
DEPREC. DE BENFEITORIAS	-621,86	-98,30%	-10,55	0	0,00%	0
DEPREC. DE EQUIP. P/ ENSA	-1.408,16	27,81%	-1.799,75	-529,36	22,34%	-647,61
AMORTIZ. DE SOFTWARE	-4.027,54	1,23%	-4.077,21	-1.173,86	-4,37%	-1.122,62
CUSTO C/SERVICOS DE	-366.125,67	0,00%	-366.125,67	-436.301,31	0,00%	-436.301,31
CUSTOS OPERACIONAIS	-519.510,59	0,00%	-519.510,59	-223.241,16	0,00%	-223.241,16
CUSTOS COM TRIBUTOS	-95.217,62	0,00%	-95.217,62	-32.998,81	0,00%	-32.998,81
OUTRAS RECEITAS	218.044,17	0,00%	218.044,17	36.224,18	0,00%	36.224,18
OUTRAS DESPESAS	-730.419,36	0,00%	-730.419,36	-641.695,50	0,00%	-641.695,50
RESULTADO OPERACIONAL	-27.167.826,73	13,66%	-	-16.412.015,99	2,53%	-
DESPESAS NAO	-61.669,61	0,00%	-61.669,61	-831,12	0,00%	-831,12
RESULTADO ANTES	-27.229.496,34	13,63%	-	-16.412.847,11	2,53%	-
CONTRIBUICAO SOCIAL -	2.448.527,55	13,63%	2.782.266,46	1.476.343,90	2,59%	1.514.560,31
RESULTADO ANTES DO	-24.780.968,79	13,63%	-	-14.936.503,21	2,53%	-
IMPOSTOS DE RENDA-	6.772.002,73	13,63%	7.695.039,43	4.076.955,29	1,42%	4.134.749,64
RESUL. EXERC. ANTES	-18.008.966,06	13,63%	-	-10.859.547,92	2,94%	-
RESULT EXERC. APOS	-18.008.966,06	13,63%	-	-10.859.547,92	2,94%	-

Quadro 5: Demonstração de resultado do exercício

Na comparação entre os anos de 2009 e 2010 é perceptível uma grande diferença entre a depreciação anual, tanto no aspecto societário como no fiscal. Esse fato é devido à empresa ter entrado em operação no mês de novembro de 2009 e os bens em questão terem sido transferidos das contas em andamento para as contas definitivas nesta data.

BALANÇO PATRIMONIAL	2010			2009		
	SOCIETÁRIO	% Variação	FISCAL	SOCIETÁRIO	% Variação	FISCAL
<b>ATIVO</b>	<b>164.554.256,13</b>	<b>-2,77%</b>	<b>159.999.270,25</b>	<b>142.951.365,59</b>	<b>-0,22%</b>	<b>142.631.775,60</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>20.246.685,27</b>	<b>0,00%</b>	<b>20.246.685,27</b>	<b>14.930.933,73</b>	<b>0,00%</b>	<b>14.930.933,73</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>178.811,97</b>	<b>0,00%</b>	<b>178.811,97</b>	<b>1.333.917,06</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.333.917,06</b>
<b>DIREITOS REALIZAVEIS</b>	<b>19.964.077,58</b>	<b>0,00%</b>	<b>19.964.077,58</b>	<b>13.546.754,14</b>	<b>0,00%</b>	<b>13.546.754,14</b>
<i>CLIENTES</i>	<i>90,56</i>	<i>0,00%</i>	<i>90,56</i>	-	<i>0,00%</i>	-
<i>CLIENTES EMPRESAS LIGADAS</i>	<i>75.027,97</i>	<i>0,00%</i>	<i>75.027,97</i>	-	<i>0,00%</i>	-
<i>IMPOSTOS A RECUPERAR</i>	<i>12.012.187,77</i>	<i>0,00%</i>	<i>12.012.187,77</i>	<i>9.925.080,67</i>	<i>0,00%</i>	<i>9.925.080,67</i>
<i>ESTOQUES</i>	<i>7.801.631,08</i>	<i>0,00%</i>	<i>7.801.631,08</i>	<i>3.290.189,93</i>	<i>0,00%</i>	<i>3.290.189,93</i>
<i>ADTO C/PESSOAL</i>	<i>18.116,81</i>	<i>0,00%</i>	<i>18.116,81</i>	<i>35.535,85</i>	<i>0,00%</i>	<i>35.535,85</i>
<i>CTAS CORRENTES DIVERSAS</i>	<i>4.985,09</i>	<i>0,00%</i>	<i>4.985,09</i>	<i>121,08</i>	<i>0,00%</i>	<i>121,08</i>
<i>OUTRAS CONTAS A RECEBER</i>	<i>52.038,30</i>	<i>0,00%</i>	<i>52.038,30</i>	<i>516,4</i>	<i>0,00%</i>	<i>516,4</i>
<i>IMPOSTOS DIFERIDOS</i>	-	<i>0,00%</i>	-	<i>295.310,21</i>	<i>0,00%</i>	<i>295.310,21</i>
<b>DESPESAS DO EXERC SEGUINTE</b>	<b>103.795,72</b>	<b>0,00%</b>	<b>103.795,72</b>	<b>50.262,53</b>	<b>0,00%</b>	<b>50.262,53</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>144.307.570,86</b>	<b>-3,16%</b>	<b>139.752.584,98</b>	<b>128.020.431,86</b>	<b>-0,25%</b>	<b>127.700.841,87</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>30.645.583,35</b>	<b>4,96%</b>	<b>32.166.931,26</b>	<b>8.851.988,20</b>	<b>1,08%</b>	<b>8.947.998,95</b>
<b>DIREITOS REALIZAVEIS</b>	<b>30.645.583,35</b>	<b>4,96%</b>	<b>32.166.931,26</b>	<b>8.851.988,20</b>	<b>1,08%</b>	<b>8.947.998,95</b>
CREDITOS COM CONTROLADORA	12.384.030,82	<b>0,00%</b>	12.384.030,82	-	<b>0,00%</b>	-
OUTROS DIR REALIZAVEIS	-	<b>0,00%</b>	-	6.758,91	<b>0,00%</b>	6.758,91
IMPOSTOS DIFERIDOS	16.913.097,60	<b>9,00%</b>	18.434.445,51	5.257.988,98	<b>1,83%</b>	5.353.999,73
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.318.635,02	<b>0,00%</b>	1.318.635,02	3.587.240,31	<b>0,00%</b>	3.587.240,31
ADIANT EMPRESAS GAMA	6.758,91	<b>0,00%</b>	6.758,91	-	<b>0,00%</b>	-
GAMAPREV-AVALIACAO ATUARI	23.061,00	<b>0,00%</b>	23.061,00	-	<b>0,00%</b>	-
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>99.652.843,24</b>	<b>-6,10%</b>	<b>93.570.832,74</b>	<b>98.267.895,29</b>	<b>-0,29%</b>	<b>97.978.014,74</b>
<b>IMOVEIS</b>	<b>52.755.466,03</b>	<b>-3,35%</b>	<b>50.989.866,41</b>	<b>49.946.936,62</b>	<b>0,00%</b>	<b>49.946.936,62</b>
TERRENOS	7.572.265,12	<b>0,00%</b>	7.572.265,12	7.567.049,91	<b>0,00%</b>	7.567.049,91
TERRENOS VALOR JUSTO	1.765.599,62	<b>0,00%</b>	-	-	<b>0,00%</b>	-
PREDIOS	29.489.448,03	<b>0,00%</b>	29.489.448,03	25.788.719,92	<b>0,00%</b>	25.788.719,92
BENFEITORIAS	611.260,15	<b>0,00%</b>	611.260,15	3.918.578,69	<b>0,00%</b>	3.918.578,69
INSTALACOES	13.316.893,11	<b>0,00%</b>	13.316.893,11	12.672.588,10	<b>0,00%</b>	12.672.588,10

<b>EQUIP. E INSTALACOES INDUST</b>	<b>48.932.224,70</b>	<b>0,00%</b>	<b>48.932.224,70</b>	<b>47.919.145,84</b>	<b>0,00%</b>	<b>47.919.145,84</b>
EQUIPAM ENSAIO E MEDICAO	1.343.904,80	0,00%	1.343.904,80	808.412,83	0,00%	808.412,83
MAQUINAS	46.632.125,27	0,00%	46.632.125,27	45.639.252,77	0,00%	45.639.252,77
MODELOS E GABARITOS	66.340,06	0,00%	66.340,06	1.364.584,00	0,00%	1.364.584,00
FERRAMENTAS E ACESSORIOS	889.854,57	0,00%	889.854,57	106.896,24	0,00%	106.896,24
<b>EQUIP. E INSTALACOES DE ESC</b>	<b>1.105.675,65</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.105.675,65</b>	<b>807.509,24</b>	<b>0,00%</b>	<b>807.509,24</b>
COMPUTADORES E PERIFERICOS	422.151,77	0,00%	422.151,77	342.762,02	0,00%	342.762,02
MOVEIS E UTENSILIOS	683.523,88	0,00%	683.523,88	464.747,22	0,00%	464.747,22
<b>VEICULOS</b>	<b>362.915,53</b>	<b>0,00%</b>	<b>362.915,53</b>	<b>251.364,95</b>	<b>0,00%</b>	<b>251.364,95</b>
VEICULOS	31.762,50	0,00%	31.762,50	31.762,50	0,00%	31.762,50
VEICULOS P/TRANSPORTE INTERNO	331.153,03	0,00%	331.153,03	219.602,45	0,00%	219.602,45
<b>IMOBILIZACOES EM ANDAMENTO</b>	<b>1.256.870,77</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.256.870,77</b>	<b>529.525,51</b>	<b>0,00%</b>	<b>529.525,51</b>
<b>(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS</b>	<b>-4.760.309,44</b>	<b>90,68%</b>	<b>-9.076.720,32</b>	<b>-1.186.586,87</b>	<b>24,43%</b>	<b>-1.476.467,42</b>
DEPREC. DE PREDIOS	-604.026,25	125,48%	-1.361.942,60	-66.194,38	148,74%	-164.653,33
DEPREC. EQUIP P/ENSAIO MEDICAO	-137.765,97	24,30%	-171.238,96	-47.254,42	17,57%	-55.557,54
DEPREC. DE INSTALACOES	-749.145,66	95,37%	-1.463.630,57	-120.485,37	49,56%	-180.202,15
DEPREC. DE MAQUINAS	-2.851.050,65	98,18%	-5.650.216,81	-525.828,03	44,61%	-760.413,37
DEPREC. DE MODELOS E GABAR	-10.841,08	-49,50%	-5.475,18	-271.968,32	-47,11%	-143.842,64
DEPREC. COMPUT E PERIFER	-128.036,46	5,17%	-134.655,20	-59.165,40	3,12%	-61.010,30
DEPREC. DE MOVEIS E UTENSILIOS	-112.633,06	-14,08%	-96.771,20	-46.304,96	-17,25%	-38.316,13
DEPREC. VEICULOS	-9.827,36	29,28%	-12.704,90	-4.885,08	30,04%	-6.352,46
DEPREC. VEICULOS P/TRANSP INTE	-52.883,93	66,40%	-87.999,04	-21.543,04	69,44%	-36.502,79
DEPREC. DE BENFEITORIAS	-15.744,91	73,54%	-27.323,84	-16.325,70	60,02%	-26.123,94
DEPREC. DE FERRAMENTAS E ACES.	-88.354,11	-26,70%	-64.762,02	-6.632,17	-47,34%	-3.492,77
<b>INTANGIVEL</b>	<b>14.009.144,27</b>	<b>0,04%</b>	<b>14.014.820,99</b>	<b>12.844.257,46</b>	<b>0,08%</b>	<b>12.855.021,06</b>
<b>SOFTWARE E OUTROS</b>	<b>15.144.561,23</b>	<b>0,00%</b>	<b>15.144.561,23</b>	<b>13.115.109,38</b>	<b>0,00%</b>	<b>13.115.109,38</b>
SOFTWARE	2.321.351,75	0,00%	2.321.351,75	1.716.007,06	0,00%	1.716.007,06
SUBESTAÇÃO	12.819.423,77	0,00%	12.819.423,77	11.395.316,61	0,00%	11.395.316,61
MARCAS E PATENTES	3.785,71	0,00%	3.785,71	3.785,71	0,00%	3.785,71
<b>INTANGIVEL EM ANDAMENTO</b>	<b>776.187,84</b>	<b>0,00%</b>	<b>776.187,84</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>
<b>AMORTIZAÇÃO INTANGIVEL</b>	<b>-1.911.604,80</b>	<b>-0,30%</b>	<b>-1.905.928,08</b>	<b>-270.851,92</b>	<b>-3,97%</b>	<b>-260.088,32</b>
AMORTIZAÇÃO SOFTWARE	-681.176,54	-0,83%	-675.499,82	-270.851,92	-3,97%	-260.088,32
AMORTIZAÇÃO SUBESTAÇÃO	-1.230.428,26	0,00%	-1.230.428,26	-	0,00%	0
<b>DIFERIDO</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>8.056.290,91</b>	<b>-1,69%</b>	<b>7.919.807,12</b>
DIFERIDO	-	0,00%	-	8.192.902,76	0,00%	8.192.902,76
<b>(-) AMORTIZACOES ACUMULADAS</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>-136.611,85</b>	<b>99,91%</b>	<b>-273.095,64</b>

PASSIVO	164.554.256,13	-2,77%	159.999.270,25	142.951.365,59	-0,22%	142.631.775,60
CIRCULANTE	15.093.340,57	0,00%	15.093.340,57	15.310.570,81	0,00%	15.310.570,81
FORNECEDORES	1.349.889,30	0,00%	1.349.889,30	3.773.260,25	0,00%	3.773.260,25
FORN EMPRESAS LIGADAS	145.108,89	0,00%	145.108,89	30.730,78	0,00%	30.730,78
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR	151.084,72	0,00%	151.084,72	86.022,66	0,00%	86.022,66
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. DI	304.356,32	0,00%	304.356,32	144.840,07	0,00%	144.840,07
PROVISAO P/FERIAS E ENCARGOS	399.731,32	0,00%	399.731,32	244.337,21	0,00%	244.337,21
INSTITUICOES FINANCEIRAS	10.509.152,81	0,00%	10.509.152,81	10.070.861,65	0,00%	10.070.861,65
PARTICIPACOES NOS RESULTADOS	580.000,00	0,00%	580.000,00	278.068,44	0,00%	278.068,44
OPERACOES COM DERIVATIVOS	1.528.299,60	0,00%	1.528.299,60	-	0,00%	-
OUTROS DEBITOS	125.717,61	0,00%	125.717,61	682.449,75	0,00%	682.449,75
NÃO CIRCULANTE	63.076.290,53	-0,96%	62.468.145,92	68.450.342,70	0,00%	68.450.342,70
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	63.076.290,53	-0,96%	62.468.145,92	68.450.342,70	0,00%	68.450.342,70
INSTITUICOES FINANCEIRAS	62.468.145,92	0,00%	62.468.145,92	68.450.342,70	0,00%	68.450.342,70
IMPOSTOS DIFERIDOS	608.144,61	0,00%	-	-	0,00%	-
PATRIMONIO LIQUIDO	83.384.625,03	-1,14%	82.437.783,76	59.190.452,08	-0,54%	58.870.862,09
CAPITAL REALIZADO ATUALIZAD	120.000.000,00	0,00%	120.000.000,00	70.050.000,00	0,00%	70.050.000,00
RESERVAS DE LUCROS	-5.919.456,34	0,00%	-5.919.456,34	-	0,00%	-
SALDO INICIAL LEI 11.638/07	-5.919.456,34	0,00%	-5.919.456,34	-	0,00%	-
RESULTADOS ABRANGENTES	1.172.595,35	0,00%	-	-	0,00%	-
RESULTADOS ABRANGENTES	1.172.595,35	0,00%	-	-	0,00%	-
RESULTADOS ACUMULADOS	-28.868.513,98	9,61%	-31.642.759,90	-10.859.547,92	2,94%	-11.179.137,91
RESULTADOS ACUMULADOS	-10.859.547,92	2,94%	-11.179.137,91	-	0,00%	-
RESULTADOS DO PERIODO	-18.008.966,06	13,63%	-20.463.621,99	-10.859.547,92	2,94%	-11.179.137,91

Quadro 6: Balanço Patrimonial

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) apresentado no Quadro 6, pode ser observada uma variação entre o demonstrativo societário e fiscal, onde o maior percentual de variação encontrado é na conta Depreciação de Prédios, que aumentaria 148,74% se a empresa Alfa utilizasse ainda os prazos exigidos pelo Fisco.

Em 2009, a depreciação da área produtiva teve um aumento de 27,62 % em relação a depreciação societária. Já na área administrativa haveria uma redução de 0,76% caso a empresa ainda utilizasse os prazos fiscais. No resultado final do ano de 2009 a empresa Alfa teria seu prejuízo aumentado caso ainda utilizasse os prazos da Receita Federal, tendo um acréscimo de 2,94% no Resultado do Exercício após Reversão Juros.

Já no ano de 2010, fazendo uma análise do DRE, pode-se observar que as variações entre contas mantêm alinhadas com o ano de 2009. Porém quando são observados os valores do ano de 2010, a representatividade em reais, aumenta consideravelmente, tendo em vista que essa diferença é devido à empresa Alfa ter saído da fase pré-operacional apenas em novembro de 2009 e como



consequência seus imobilizados foram transferidos para as contas definitivas, iniciando nesse momento a depreciar seus ativos fixos.

Em 2010, o prejuízo apurado no relatório fiscal, elaborado para análise deste estudo de caso, aumentaria 3,63% com relação ao relatório societário. Em reais, a diferença calculada atinge cerca de 2,5 milhões a mais de prejuízos no Resultado do Exercício após a Reversão de Juros. A depreciação fiscal da área produtiva teria um aumento de 67,60% com relação a Depreciação Societária. Já na área administrativa a depreciação fiscal teria um acréscimo de 13,05%. Com base nessa análise do DRE, entende-se que a adoção das normas internacionais no que trata a depreciação de ativos imobilizados, provocou a diminuição do prejuízo dos dois anos analisados em quase 3 milhões de reais.

No Balanço Patrimonial dos dois anos, conforme Quadro 6, pode ser observada uma redução das contas de Ativo e Passivo de 0,22% em 2009 e 2,77% em 2010, caso a empresa utilizasse o padrão Fiscal. Essa diferença é menor que a variação encontrada no DRE, devido ao fato de no ano de 2010 existirem dois fatores que influenciaram no resultado: a adoção do Valor Justo para a conta de Terrenos e o ajuste dos Gastos Pré-operacionais do grupo de Diferido para a conta de Resultados “Saldo Inicial Lei 11.638/07”.

Financeiramente, as maiores diferenças estão nas contas de Depreciação, com um aumento de 24,43% em 2009 e 90,68% no ano de 2010. Esse aumento foi proporcionado pelo cálculo utilizando a depreciação fiscal, o que refletiu diretamente no aumento de prejuízo acumulado nos dois anos. A partir de uma análise mais detalhada do Balanço Patrimonial, conclui-se que a mudança proporcionada pela adoção do modelo segundo o IFRS foi resultado em uma diminuição dos prejuízos acumulados da empresa Alfa.

## 7. CONCLUSÃO

Através da pesquisa realizada conclui-se que os impactos trazidos pela adoção dos padrões internacionais são relevantes, pois não apenas mudam a forma de apresentação das demonstrações contábeis, mas também altera o resultado final da empresa. No estudo de caso elaborado na empresa Alfa Fundição e Tecnologia foram apresentados na prática as alterações introduzidas pelas IFRS, demonstrando os resultados da empresa com a adoção do padrão internacional e as dificuldades da elaboração do novo modelo contábil que apesar de ter maior transparência dos resultados, exige maior investimento de serviços terceirizados e novas ferramentas para atender a legislação.

Para a empresa Alfa, o resultado obtido com a adoção do Modelo Societário diminui o prejuízo acumulado nos dois anos conforme demonstrados nessa pesquisa. Caso o resultado da empresa fosse positivo, a adoção da Legislação Societária faria com que a empresa apresentasse ao final do exercício um lucro maior, o que também pode ser considerado significativo. A Legislação Societária, também traz aos usuários das demonstrações contábeis informações mais relevantes e transparentes em relação aos resultados apresentados.

Entende-se que o objetivo do estudo foi alcançado, pois foi possibilitado um melhor entendimento do assunto na empresa alvo da pesquisa. Além disso esse trabalho também instiga os profissionais da área contábil a buscar cada vez mais aperfeiçoamento, pois as mudanças alteram os antigos conceitos sobre a contabilidade brasileira, exigindo muito estudo e motivação para enfrentar as turbulências que prometem alterar a rotina desses profissionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília. 2007.

CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à Lei de Sociedades Anônimas** - 3º Volume, 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira, LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade**: Abordagem Contextual, Histórica e Gerencial, elaborado conforme as Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e Pronunciamentos do CPC. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 01**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>> . Acesso em: 30 mar. 2012.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 37**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **A busca da convergência da contabilidade aos padrões internacionais**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/publicacoes.php>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Nº 27/2009**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM N.º527/2007**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 07 fev. 2012.

DASKE , Holger; HAIL , Luzi; LEUZ , Christian; VERDI, Rodrigo. Mandatory IFRS Reporting around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. **Journal of Accounting Research**, Vol. 46, No. 5, December, 2008

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON - **Pronunciamento Nº 7**, aprovado pela Diretoria Nacional em reunião realizada em 18 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/publicacoes/>. Acesso em: 22 fev. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de **Contabilidade das sociedades por ações** (*aplicável às demais sociedades*). 7. Ed.. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações** (*aplicável às demais sociedades*). Suplemento. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens, SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária** (*aplicável a todas sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*). 1.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos, FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à teoria da contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PALÁCIOS, Antônio Carlos. O Processo de Convergência das Normas Brasileira de Contabilidade com as Normas Internacionais. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Maio de 2010.

RIEDL, Edward J. **An Examination of Long-Lived Asset Impairments**. The Accounting Review, v . 79, n. 3, p. 823-852. Harvard Business School, 2004.

SÁ, Antonio Lopes de; SÁ, Ana Maria. **Dicionário de contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1995.